

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : DESP

CLASS. : 1343

DATA : 05 02 91

PG. : 14

Collor encerra com a polêmica sobre a Funai

BRASÍLIA — Em reunião no Palácio do Planalto, o presidente Fernando Collor decidiu o destino da Fundação Nacional do Índio (Funai). Um novo órgão será criado — o Instituto Nacional Indigenista, que deverá ser aprovado pelo Congresso Nacional — e continuará vinculado ao Ministério da Justiça, mas "sucateado". Essa foi a expressão usada ontem pelas principais lideranças indígenas, reunidas em Brasília.

A Funai cuidará apenas da questão fundiária. A saúde dos índios será responsabilidade do Ministério da Saúde; a educação, do Ministério da Educação; o meio ambiente, da Secretaria Nacional de Meio Ambiente; e a auto-sustentação, do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária.

Cercado pelo ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, pelo secretário da Receita Federal, Romeu Tuma, e pelo presidente da Funai, Cantídio Guerreiro, Collor anunciou o vencedor da batalha que vinha se desenrolando nos gabinetes do Ministério da Justiça e da Secretaria Nacional do Meio Ambiente: seus titulares defendiam propostas diferentes. Lutzenberger defendia a extinção pura e simples da Funai e a criação de uma Secretaria Especial do Índio, vinculada à Presidência da República. Mas o ministro Passarinho, aliado a Cantídio Guerreiro, também militar reformado, resolveu fazer da continuação do órgão em seu ministério "um ponto de honra". A Funai será, então, "enxugada" — dos 4.500 funcionários poderá ficar com 3 mil, segundo um dos dirigentes do órgão.

O cacique Mário Juruna não gostou da decisão de o Ministério da Saúde ficar com o atendimento ao índio. "Vamos entrar na fila do INPS", comentou. "Acabou o assistencialismo", comemoravam membros da equipe da Funai e Ministério da Justiça, que elaboraram a proposta vencedora. "Confiscaram a Funai dos índios", resumiu o coordenador do Núcleo dos Direitos Indígenas, Marcos Terena.

Assessores do Ministério da Justiça garantiam que haverá condições de demarcar todas as terras indígenas, até 1993, e o orçamento será mantido.